

A FACE REPUBLICANA DA AÇÃO POLÍTICA DE AUGUSTO: UM ESTUDO DE CASO, A *RES GESTAE DIVI AUGUSTI*

*Luiz Henrique Souza de Giacomo*¹

RESUMO: O presente texto visa propor um exercício reflexivo em relação a um dos principais expoentes do discurso político de Augusto, o texto de sua *res gestae*, e analisar quais os mecanismos utilizados por Augusto em sua escrita para reforçar sua ação virtuosa em prol “do povo e do Senado romano” e se apresentar como o restaurador da República.

PALAVRAS-CHAVE: *Res gestae divi Augusti*, Augusto, Discurso, Principado, Restauração.

ABSTRACT: The present text aims to propose a reflective exercise in relation to one of the main exponents of the political discourse of Augustus, the text of his *res gestae*, and analyze the mechanisms used by Augustus in his writing to reinforce his virtuous action in behalf of "the people and the Roman Senate" and present himself as the restorer of the Republic.

KEYWORDS: *Res gestae divi Augusti*, Augustus, Discourse, Principate, Restoration.

O personagem que pretendemos analisar se insere numa longa cadeia de generais aristocráticos que exerceram papel de destaque na República romana. A expansão das fronteiras romanas após as Guerras Púnicas (264-146 a.C.) provocou uma desarticulação do sistema político romano, forçando-o a passar por adaptações à nova situação vigente nos séculos II e I a.C., na qual os magistrados romanos não tinham mais que gerir a administração da cidade de Roma ou do Lácio, mas quase toda a bacia do Mediterrâneo. Augusto foi o que melhor se enquadrou nessa conturbada cena política, sabendo dotar a sociedade romana de uma nova estrutura de poder (ALFÖLDY, 1989, p.109). Contudo, essa nova estrutura, o Principado, não foi apresentada como algo novo, e sim como um projeto de reestruturação da antiga República romana. O príncipe detinha seu poder por sua *auctoritas* (*Res Gestae*, VI, 34), advinda de sua ação como homem político, não da usurpação do poder. O discurso de Augusto era o de que ele estava efetuando uma restauração republicana, visando o bem “do Senado e do povo romano” acima de suas próprias ambições políticas. Obviamente que o discurso e as ações do príncipe não estiveram em completa sintonia, pois o que na verdade se estabeleceu foi o governo de um só homem sob a estrutura, em alguns pontos, da antiga República. É dentro da esfera da

¹ Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo.

prática discursiva e nesse conturbado contexto que se insere o documento que pretendemos analisar.

Nossa fonte de pesquisa é o documento conhecido como *Res gestae diui Augusti*. Os exemplares que possuímos atualmente são somente cópias epigráficas e a em melhor estado de conservação é o documento denominado como *monumentum ancyrantum*, encontrado na cidade de Ancira (atual Ancara), inscrito na entrada do templo dedicado a Augusto e a Roma, que havia sido copiado do original, do qual não temos nenhum vestígio, que se encontrava depositado diante do mausoléu da família de Augusto, na cidade de Roma, e foi espalhado por todo o império romano por seu sucessor, Tibério.² No entanto, a compreensão global do texto só foi possível graças ao cruzamento de dados entre as duas versões desse exemplar encontrado em Ancira, uma escrita em latim e outra em grego, com a de outros lugares, os exemplares encontrados em Apolônia, escrito em grego, e em Antioquia, escrito em latim.³

Tal texto, escrito pelo próprio imperador Augusto como nos atesta Suetônio (*Augusto*, 101), é uma espécie de resumo de todos os seus atos como um personagem público, principalmente no que diz respeito à sua figura como político. Corassin expõe que o referido documento possui uma grande importância histórica “pois apresenta o principado descrito pelo seu autor” (CORASSIN, 2004, p.185), o que o torna uma fonte fundamental para se tratar desse período tão importante em Roma, além de ser um dos melhores exemplos do discurso augustano, mostrando-nos, em detalhes, como o governo de Augusto foi construído e legitimado, já que o próprio governante nos mostra quais foram os mecanismos adotados por ele e qual teria sido a sua principal preocupação ao realizar a sua obra política, bem como o reconhecimento obtido por sua ação na cena política romana através das diversas honras recebidas. Augusto buscou através dessas poucas linhas, algo característico dos documentos epigráficos, mais uma vez explicitar toda a natureza e origem de seu poder, desejando também propagar uma memória de seus feitos e advertir seus sucessores de que eles deveriam se mostrar prudentes e atentos com o

² O próprio título da inscrição, “Abaixo uma cópia dos feitos do divino Augusto, pelos quais submeteu o mundo ao poder do povo romano, dos gastos que fez pela república e pelo povo romano, registrados em dois pilares de bronze postos em Roma”, encontrada em outros lugares no interior do Império (Ancira, Apolônia e Antioquia), deixa claro que se trata de uma cópia do documento original e que este se encontrava em Roma.

³ Para maiores detalhes sobre tais exemplares da *res gestae*: cf. GAGÉ, 193, p.3-7, 42-60.

antigo código sociocultural, estando ali, assim, representadas as bases desse novo poder (CIZEK, 1995, p.141).

Contudo, segundo Millar, apenas a *res gestae* alude para uma restauração da República, não havendo em nenhum outro documento da época ou posterior uma apresentação de tal ação. Os antigos apontam que a *res publica* havia sido restaurada (*restituta*), mas o poder não havia sido transferido para o *arbitrium* “do Senado e do povo romano” como o príncipe argumenta em sua *res gestae* (VI, 34) (MILLAR, 1973, p.64-65).⁴ Desse modo, falar em restauração é tratar apenas do retorno do jogo político republicano.

Observamos que esse documento não se trata de uma simples lista de feitos elencados pelo próprio Augusto. Esse *index* tem uma carga de significados muito forte, sobretudo, se levarmos em consideração o fato de ter sido depositado diante do mausoléu do príncipe.⁵ Também não devemos nos esquecer que as informações ali apresentadas foram alvo de seleções, o que presume exclusões de fatos, o que demonstra como tal documento, na verdade, era um monumento, não apenas pela estrutura física ou pelo conjunto em que estava inserido, mas por ser fruto de uma ação do poder (LE GOFF, 2003, p.526), não podendo ser lido de forma inocente e despreocupada.⁶ Corassin

⁴ Galinsky argumenta que a restauração republicana de Augusto deve ser encarada como uma oposição ao que acontecia na época do Triunvirato, não como um retorno a República de antes das guerras civis. É nesse quadro que devemos observar as recusas de honras e cargos, a revisão e revogação das leis do período anterior e a divisão das províncias com o Senado realizadas pelo príncipe (GALINSKY, 2012, p.65-66).

⁵ Cabe salientar a importância simbólica, dentro da esfera política, que o mausoléu possuiu. Ele foi construído no Campo de Marte, acredita-se que a partir de 30 a.C., e deveria receber os restos mortais de Augusto e de seus familiares (foi inaugurado em 23 a.C. com as cinzas de M. Marcelo e recebeu os restos mortais de imperadores, bem como de Augusto, em 14 d.C., até Nerva, em 96 d.C.). Contudo, ele nos é significativo quando comparado com a determinação de Marco Antônio, presente em seu testamento, de acordo com Suetônio (*Augusto*, 17) e Plutarco (*Marco Antônio*, 58), de que desejaria ser enterrado em Alexandria. Há aqui o compromisso de Augusto com Roma como sua cidade em vida e em morte, não desejando largar suas raízes. Além, claro, da importância de ter sido o primeiro a receber a honra de ser enterrado dentro da cidade de Roma, o que fortalecia a sua posição na cena política como mais do que um simples cidadão da República.

⁶ Para Millar, havia sim uma espécie de mensagem arquitetônica, em que o príncipe transmitiu tanto seu discurso, quanto sua posição política para o mundo físico. Uma cidade de tijolos transformada em uma cidade de mármore (material nobre e muito mais durável): “Se eles [os romanos] ainda estivessem confusos quanto a mensagem que estava sendo entregue, poderiam sempre passear pelo norte do Campo de Marte, passado o Saepta e o Panteão construídos por Agripa, passada a *Ara Pacis*, dedicada em janeiro de um grande ano (9 a.C.); em paralelo com isso – provavelmente dedicado ao mesmo tempo – o grandioso relógio solar traçado por Augusto com 150 metros do Campo, sua sombra fornecida por um obelisco trazido de Heliópolis, o qual o situou, com sua base, por volta de 30 metros de altura. Eles poderiam então contemplar a imensa massa do Mausoléu de Augusto, com 88 metros de base, ele foi a maior tumba romana que conhecemos [...]. Em 9 a.C. o Mausoléu já continha os restos de dois membros da família imperial, Marcelo e Agripa, e em breve receberia os de Druso. Um quarto de

aponta que esses “esquecimentos” têm uma forte ligação com a imagem que o próprio príncipe queria construir de si próprio (CORASSIN, 2004, p.185). Tal artifício era importante para a efetiva implantação do Principado, digo, para a “restauração da República”, de acordo com o próprio. Imagens são difíceis de mudar e de se manter (GOODMAN, 1997, p.124), mas no seu caso era necessário apagar a imagem negativa do período do triunvirato, a qual não transparece na *res gestae*, para se colocar como o homem virtuoso enviado pelos deuses para restabelecer a *libertas* republicana (YAVETZ, 1984, p.1-3), restituindo a “época de ouro” no Lácio, como canta Virgílio em sua obra *Eneida* (VIRGÍLIO, *Eneida*, VI, 813-835).

Tomando como base a divisão proposta por Leoni,⁷ analisamos que cada informação presente no referido documento possuía um local determinado para ser apresentada ao seu leitor, o que facilitava a compreensão e a exaltação dos feitos de Augusto. Assim, Leoni apresenta as seguintes categorias de assunto e quais seus intervalos: 1) honras: triunfos (1-4) e cargos (5-14); 2) despesas: auxílios (15-18), construções (19-21), espetáculos (22-23) e devoluções (24); 3) as *gestae*: militares (25-30) e políticas (31-33); 4) conclusão: *Augustus* (34) e *pater patriae* (35); além do apêndice,⁸ no qual havia um resumo analítico e breve das despesas, das construções, das restaurações e das liberalidades do príncipe (LEONI, 1957, p.11-12). Observando-se as divisões internas do texto, as *impensae* separam as *gestae*, ou seja, os gastos do príncipe se encontram no meio da apresentação dos feitos de Augusto e isso tem uma justificativa lógica.

Vemos na *res gestae* de Augusto o destaque de diversas ações do príncipe em diversos campos (militar, político, econômico, religioso) e com relação aos diversos setores da sociedade romana de então (a plebe, os

século depois, quando as cinzas de Augusto também foram colocadas lá, os transeuntes tinham a chance de ler suas *Res Gestae*, inscritas em placas de bronze e afixadas em pilares externos a ele. [...] os transeuntes também podiam, de tempo em tempo, levantar seus olhos do texto e observar, de uma altura de 40 metros sobre a qual ele estava de pé, uma imagem de César Augusto que havia subido sobre a tumba. Retornando ao texto, ele não era provavelmente tão esperto para lê-lo como um documento republicano” (MILLAR, 1984, p.57-58). Galinsky reforça a intrínseca relação entre a restauração da República e o programa de obras públicas de Augusto, pelo qual ele deixava sua marca no plano físico da *Urbs* e espantava o descaso da época anterior para com a cidade de Roma (GALINSKY, 2012, p.152-154).

⁷ Gagé, em sua análise do mesmo documento, apresenta uma divisão da *res gestae* em categorias um pouco mais detalhadas, tomando como análise cada parágrafo (expressão utilizada pelo próprio) do texto (Cf. GAGÉ, 1935, p.14-15). Os quais são seus suportes para a apresentação de informações (dados de outras fontes de época) quando da apresentação do estabelecimento do texto grego e latino da *res gestae* em seu estudo.

⁸ Muito se discute a respeito do apêndice, se ele seria ou não original no texto da *res gestae*.

senadores, os equestres, os veteranos e soldados, os provinciais) sendo possível uma reflexão da situação política e social de Roma durante o governo de Augusto apenas utilizando como base o referido documento (Cf. CORASSIN, 2004, p.181-199).

Segundo Gagé, esse texto “não deve ter sido a obra improvisada de extrema velhice de Augusto, mas um trabalho refletido de sua maturidade” (GAGÉ, 1935, p.23), ou seja, não foi elaborado apenas após 13 d.C., como Suetônio ou a própria *res gestae* nos dizem (SUETÔNIO, *Augusto*, 101; *Res Gestae*, I, 4; 7; VI, 35), e sim, no decorrer de sua vida política.⁹ Augusto sabia o poder que as letras tinham na perpetuação de um conhecimento e de um acontecimento, tanto que incentivou diversos escritores, como aqueles do círculo de Mecenas, por exemplo. No entanto, ele próprio buscou também elaborar algo que narrasse seus próprios feitos, já que nenhum dos poetas próximos a Mecenas o fez (GRIMAL, 2008, p.66-67). Estamos nos referindo a uma narrativa mais específica, centrada efetivamente nos feitos de Augusto. Horácio e Virgílio se dedicaram sim a cantar momentos da vida política e pessoal de Augusto, como bem o sabemos através dos textos que chegaram até nós. A questão se refere mesmo a uma obra mais extensa e focada em Augusto, diferente dos textos mais “fragmentados” e com alusões a alguns eventos de seu principado, como os que foram elaborados. Como Gagé aponta, “a história que elas [as *res gestae*] escrevem é aquela que o autor desejava impor a posteridade”, o que justifica a denominação de escrito apologético dada por esse autor ao documento (GAGÉ, 1935, p.34), o que não nos vem ao caso.

O foco da *res gestae*, como já apresentado, é a vida pública de Augusto, não sendo descrito qualquer episódio de sua vida privada e havendo apenas pequenas referências, quando necessárias, a membros de sua família e rivais. Gagé aponta que o público-alvo do referido documento foi a plebe urbana, visto que essa se via fora do sistema político das assembleias quando da implantação do principado augustano (GAGÉ, 1935, p.23-24), tendo como base de

⁹ Gagé, em oposição a Kornemann (este acredita que a *res gestae* era um importante elemento constituidor do mausoléu e, a partir disso, propõe que tal documento já estaria pronto na época da conclusão do edifício, ou seja, já em 28 a.C., passando apenas por revisões e acréscimos nos anos posteriores, até ser transcrito para as placas de bronze em 14 d.C. (GAGÉ, 1935, p.17)), acredita que a *res gestae* de Augusto foi elaborada entre 27 e 23 a.C., sendo apenas retomada para pequenos acréscimos posteriormente, tomando como base a própria estrutura do Principado descrita no documento, que se assemelha mais com o referido intervalo (GAGÉ, 1935, p.21-22).

argumentação o fato de todas as doações que o príncipe disse ter feito ao povo romano terem sido tiradas de seu próprio patrimônio e não do fisco romano. Contudo, Yavetz discorda de tal opinião, propondo que a *res gestae* tinha como público-alvo os jovens aristocratas romanos que estavam vivenciando aquele período de transformações da República. Jovens os quais iriam formar as próximas gerações dirigentes da República (lê-se, para nós, Império) junto dos imperadores a porvir (YAVETZ, 1984, p.13-20), sendo a *res gestae* dotada de um caráter pedagógico.

Ora, perante a suposição de que a grande massa que habitava Roma era analfabeta ou possuía um conhecimento de latim muito funcional e que a elite senatorial estava passando por uma fase de renovação após anos de guerra civil, há de se crer que a suposição de Yavetz seja mais próxima das possíveis intenções do príncipe, até mesmo se tivermos em mente o fato de que aquele conjunto de seus feitos servia como um texto modelar/didático, no sentido de servir como base para a ação dos príncipes posteriores com relação à sociedade e ao poder romano, através do qual Augusto buscou se firmar como um dos tantos *exempla* que compõem a memória cidadina, colaborando, assim, para a pedagogia civil, tão importante no interior do sistema educacional romano (DAVIAULT, 1996, p.61-62). Um texto com a exposição de seus feitos enquanto homem público e um grandioso mausoléu, com uma estátua do principal homenageado da construção no topo do edifício, no centro de um bosque, o que realçava ainda mais o prédio, não podem ser desvinculados desse discurso arquitetônico de passar para a posteridade um exemplo de um grandioso homem, que lutou e exerceu carreira pública em prol da República. Como bem argumenta Millar, dentro do conjunto simbólico do mausoléu, a *res gestae* dificilmente pode ser lida como um documento republicano (MILLAR, 1984, p.58). No entanto, cremos que seja possível uma leitura dupla, tomando as duas propostas como complementares, sendo o documento dedicado à plebe e aos membros da elite romana, elementos sociais muito importantes para o bom funcionamento da República, pois a restauração de Augusto não impôs um fim ao sistema de magistraturas e assembleias, sendo assim, todos os setores sociais peças importantes para a composição do Principado.

Logo no início da *res gestae* Augusto já declara como assumiu o poder e quais os seus objetivos durante a posse deste:

“Aos dezenove anos, formei um exército por minha iniciativa e às minhas custas. Com ele restituí a liberdade à república oprimida pelo domínio de uma facção. Por isso, o senado admitiu-me a sua ordem com decretos honoríficos, ao mesmo tempo concedendo-me, no consulado de C. Pansa e A. Hircio, a prerrogativa de sentenciar dos cônsules, e entregou-me o poder. Ordenou ainda que, sendo eu pró-pretor, juntamente com os cônsules providenciasse para que a república não sofresse qualquer desgaste. O povo, no mesmo ano, fez-me cônsul, já que os dois cônsules haviam tombado numa guerra. Fez-me também triúmviro com a incumbência de que a república houvesse de se consolidar.” (*Res Gestae*, I, 1)¹⁰

Nessas primeiras linhas, Augusto já busca deixar claro que havia procurado fazer um bem para o povo romano e que como retribuição às suas ações foi elevado politicamente na cena romana. Ora, o príncipe visa desde esse primeiro momento uma legitimação para a sua manutenção no poder e explicita quais os motivos que o levaram a agir. Não se tratou de uma usurpação do poder dos antigos magistrados romanos numa tentativa do estabelecimento de um governo com características monárquicas, como existente no Oriente nos reinos oriundos da divisão do império de Alexandre Magno, mas sim, uma luta pela causa romana, pelo povo e pelo Senado, mais do que propriamente por si próprio. O discurso era de que a República deveria se consolidar.

Essa posição de Augusto como restaurador da República é presente em diversas outras passagens do texto, o que demonstra a insistência do autor em reforçar a legitimidade de suas ações, de seus feitos. São diversos os artifícios utilizados dentro do texto que visam explicitar essa defesa da República. Ora, isso marca a grande capacidade do autor em costurar todo o texto com informações que mostrem aos leitores que os feitos de Augusto foram em prol da República, apesar de em alguns pontos apresentar as mudanças sofridas pela estrutura republicana com o estabelecimento, mesmo que incipiente, do Principado romano, e que através desses bons atos ele obteve reconhecimento e *auctoritas*.

¹⁰ As transcrições de passagens da *res gestae* apresentadas no corpo do texto são retiradas da tradução da *Res gestae diui Augusti* feita por Matheus Trevizam e Antonio Martinez de Rezende (Editora UFMG, 2007).

Visamos observar os elementos discursivos elencados por Augusto para que o leitor de sua *res gestae* tenha uma visão de que a República tenha sido restaurada durante sua ação na vida pública romana. Focaremos na maneira como ele apresenta a sua ascensão e manutenção na cena política assumindo determinadas magistraturas republicanas, ou seja, a aceitação e mesmo a recusa de cargos e honras; como narra alguns de seus feitos, as *gestae* de fato; como ele se refere aos rivais ou a outros personagens da história romana de seu período; e o modo como demonstra as modificações da estrutura republicana apesar de sua relação com a República se basear num discurso de restauração. Elementos que de modo conjunto tinham o objetivo específico de construir o retrato de um homem que era um *exemplum* a todos e que havia agido em prol da República e de acordo com a *mise en scène* pré-estabelecida.

Augusto faz referência aos cargos ocupados por ele junto à administração da Cidade e do império romano na primeira parte do documento. No início de sua carreira política recebeu honras de pretor (de sentenciar como os cônsules), o consulado e foi nomeado triúviro por determinações populares, além de ter se tornado senador por uma determinação do próprio Senado (*Res Gestae* I, 1). Também ocupou cargos religiosos como o de: pontífice máximo (*Res Gestae*, II, 10); áugure; um dos quinze encarregados dos cultos sacros (*quindecimvirum*); um dos sete encarregados de presidirem os banquetes cerimoniais (*septemvirum*); irmão arval (colégio sacerdotal em homenagem a Ceres); confrade Tício; fecial (arauto cerimoniosamente incumbido de declarar as guerras e sancionar os tratados) (*Res Gestae*, I, 7). Sendo 13 vezes cônsul, por 10 anos triúviro, estando durante 37 anos investido do poder tribunicio (*Res Gestae*, I, 4), além de ter sido durante 40 anos *princeps senatus* (*Res Gestae*, I, 7), isso até o momento em que escreveu sua *res gestae*, de acordo com o próprio. Com o traço comum a posse de todos os cargos de que todos lhe foram oferecidos pelo povo e/ou pelo Senado de Roma, conferindo a ele a característica de ter recebido uma honra ao invés de aludir a uma posse indevida de tais magistraturas.¹¹

Dentro da esfera política, Augusto também recusou determinados cargos, apesar das ofertas e determinações feitas pelo povo e pelo Senado

¹¹ Tácito já apresenta outra visão a respeito. Cf: TÁCITO, *Anais*, I, 10.

romano.¹² Segundo ele, “nenhum cargo contrário aos costumes dos antepassados eu aceitei” (*Res Gestae*, I, 6). Isso já nos mostra o reforço de uma ação em favor da República, pois ele soube frear as concessões senatoriais de honras, buscando apenas se inserir na cena romana sem parecer um corpo estranho a ela, diferentemente do que havia feito César, que aceitou todas as ofertas do Senado e acabou por ser considerado como uma ameaça à República e assim terminou assassinado por alguns membros senatoriais. A recusa da ditadura,¹³ oferecida pelo Senado e pelo povo romano, em 22 a.C., bem como, no mesmo ano, o consulado anual e vitalício¹⁴ (*Res Gestae*, I, 5) se enquadram nesse “pensamento” do príncipe. Como também a recusa do cargo de curador único dos costumes e das leis (*cura morum et legum*) com o poder máximo, sendo, a seu ver, uma deturpação da estrutura romana.¹⁵ Augusto recusou até mesmo a mais alta magistratura da esfera religiosa romana, o pontificado máximo. Contudo, tal ação foi uma artimanha para reforçar sua “encenação” de preservação do *mos maiorum* romano, pois ele não aceitou a magistratura devido ao fato de o antigo pontífice ainda estar vivo. Mas não era um romano qualquer que estava na posse do cargo e sim o seu antigo rival do triunvirato,

¹² As recusas, dentro de uma análise do comportamento social do príncipe, são mais importantes do que aquilo que foi aceito, pois nos oferecem ricos elementos para uma análise da teatocracia política, para nos remetermos a Balandier (1980, p.5). Segundo Wallace-Hadrill, a recusa não ocorria entre os monarcas helenísticos, nem entre os republicanos visto que era um gesto destinado a comprovar uma elaborada pretensão de que as coisas não parecessem ser como eram (WALLACE-HADRILL, 1982, p.37).

¹³ A referida magistratura havia sido extinta por Marco Antônio em 44 a.C, durante seu consulado, com o intuito de evitar futuros problemas à República, como, por exemplo, o que havia ocorrido com César. E esse é um dos poucos pontos que Cícero apresenta como virtuosos de Marco Antônio durante a execução dessa magistratura e de sua vida pública (CÍCERO, *Filípicas*, I, 2), visto que o orador romano só ressalta os pontos nefastos à República romana, como é o caso de sua fuga para a Gália que teria provocado a discórdia entre Pompeu e César, o que levou ao confronto entre ambos (CÍCERO, *Filípicas*, II, 22). Entretanto, tal ponto não é comentado por Augusto. Deste modo, nos perguntamos se seria mais cômodo para Augusto apenas recusar a ditadura, tendo como base o fato de dentro do sistema republicano ser uma magistratura de exceção ou recusar por ser uma magistratura que nem mais fazia parte da lista de magistraturas existentes na República, tendo de ser reativada exclusivamente para que ele pudesse ocupá-la. O fantasma da ditadura perpétua e o assassinato de César faziam com que Augusto buscasse outras formas de centralizar poderes em suas mãos.

¹⁴ A recusa do consulado vitalício talvez seja o desejo de ainda manter uma fachada republicana ao seu poder, que foi fundamentado através do recebimento do *imperium proconsulare*, em 27 a.C., sendo este reforçado e tornado *maius* em 23 a.C., e da *tribunicia potestas*, em 23 a.C., poderes que eram renovados de tempo em tempo, sem estarem ligados a uma magistratura específica, ou seja, uma quebra velada da tradição. Após sete consulados consecutivos, de 29 a 23 a.C., o príncipe só voltou a ocupar a referida magistratura em dois outros momentos específicos, 5 e 2 a.C., quando da tomada da *toga virilis* por seus netos, Caio e Lúcio César, respectivamente.

¹⁵ Apesar de Suetônio apontar que a referida magistratura foi assumida pelo príncipe com caráter perpétuo (SUETÔNIO, *Augusto*, 27).

Lépido (*Res Gestae*, II, 10). Recusou até mesmo triunfos determinados pelo Senado, uma grande honraria para os aristocratas na época da República (*Res Gestae*, I, 4).

Tudo isso se baseou no pilar da legitimidade, de ter sido possível apenas devido às determinações e ofertas senatoriais e populares. Ora, a partir desse artifício Augusto mostra que a antiga estrutura da República, de que a administração da *Urbs*, e nesse momento também das províncias romanas, seguia as vontades do Senado e do povo de Roma e não as suas. Que mesmo apesar de sua grande importância na cena política romana tudo que ele assumiu foi em função de determinações populares e senatoriais, que a esses dois polos que cabia escolher e determinar como se daria o funcionamento de Roma e de suas províncias, seguindo os preceitos da República.

Como exemplos de determinações senatoriais por ele elencadas, temos: a sua ascensão ao Senado e as honras consulares a ele oferecidas (*Res Gestae*, I, 1); triunfos, sacrifícios em seu nome aos deuses imortais (*Res Gestae*, I, 4), votos a sua saúde (*Res Gestae*, II, 9), a inclusão do seu nome nos cantos sálicos, o que lhe conferia uma sacrossantidade (*Res Gestae*, II, 10); a construção dos altares da Fortuna Redux (*Res Gestae*, II, 11) e da Paz Augusta (*Res Gestae*, II, 12), bem como o fechamento dos portões do templo de Janus (*Res Gestae*, II, 13); no campo político, a ditadura e o consulado anual e vitalício (*Res Gestae*, I, 5). Como exemplos daquilo que lhe foi oferecido pelo povo, ele cita: o seu primeiro consulado, em 43 a.C., o triunvirato (*Res Gestae*, I, 1) e o pontificado máximo (*Res Gestae*, II, 10). Sendo a curadoria dos costumes e das leis com poder máximo, por ele recusada (*Res Gestae*, I, 6), os títulos de *Augustus*, juntamente da coroa cívica (*corona civica*) e do escudo das virtudes (*clupeus virtutis*) (*Res Gestae*, VI, 34), e o de *pater patriae* (*Res Gestae*, VI, 35) a ele oferecidos por ambos, pelo povo e pelo Senado romano conjuntamente.

Outro elemento elencado por Augusto com o intuito de fomentar uma legitimidade para suas ações é o juramento realizado por todos os italianos a ele antes da batalha do *Actium*, pois, de acordo com o próprio, “a Itália inteira fez, espontaneamente, um juramento de lealdade a mim e exigiu-me comandante da guerra que venci em *Actium*” (*Res Gestae*, V, 25). Aqui temos a explicitação do apoio a ele dado e mais do que isso, o selar de um compromisso, visto que era a ele que os romanos estavam escolhendo na luta entre os triúmviros. Era uma

espécie de aceite de sua proposta para a restauração da República seguindo os moldes dos antepassados, respeitando o *mos maiorum* romano, ao invés da tentativa de transformação da República em algum tipo de governo fora da égide “do Senado e do povo romano”, como se atribui a Marco Antônio.¹⁶

Quanto a uma característica “literária”, em uma leitura do documento, é clara a percepção do deslocamento dos agentes em determinadas situações. Augusto se utiliza desse mecanismo de deslocamento do responsável por alguma determinação ou ação para dar legitimidade aos seus próprios feitos, pois em alguns casos, ter o aval senatorial e/ou popular é muito mais significativo do que simplesmente apontar que fez. Receber uma honra do Senado é fortalecer sua própria posição, além, obviamente, de mostrar àquela elite, que governou a República durante séculos, a sua importância no novo momento sociopolítico enfrentado por Roma sem procurar diminuir o papel deles na cena política romana.

Contudo, pela própria natureza do documento, os feitos elencados foram realizados pelo enunciador, ou seja, pelo próprio Augusto, tendo como marca disso o uso da primeira pessoa do singular, o “eu”. Em diversas passagens da *res gestae* vemos o autor apresentar seus feitos, obviamente, desse modo. Com isso, temos a apresentação de diversas facetas do príncipe: o pacificador, o conquistador, o promotor do bem-estar social, o respeitador do *mos maiorum* romano, sendo todas apresentadas de uma forma uniforme, como que indissociáveis, na característica principal, a de defensor/restaurador da República.

Foi o defensor pelo meio das armas. Ora, a guerra e a paz são dois pontos importantes na vida política de Augusto. Foi através de uma vitória militar, a batalha do *Actium*, em 31 a.C., que ele pôde restituir a liberdade republicana e instaurar um grande período de “paz” no mundo romano. Os dois

¹⁶ Augusto se constituiu na alternativa para a manutenção do sistema oligárquico romano. A República, que durante anos sofreu com a guerra civil, pôde sobreviver. Houve sim mudanças estruturais como alteração nas magistraturas e nas assembleias, porém o mais importante foi mantido, a sua constituição básica. A casa imperial se sobrepôs às demais estruturas sociais, mas o governo continuou, mesmo que hoje vejamos como de forma ilusória, sob a égide “do Senado e do povo romano”. O apoio do Senado a Augusto foi o que o diferenciou de César e de Marco Antônio e o que o possibilitou se firmar no poder. Ser o representante da Itália, confirmado pelo juramento de 32 a.C., deu ao *diui filius* a legitimidade de sua proposta para a República (MEIER, 1993, p.54-70). No entanto, não devemos deixar de ressaltar que Marco Antônio também possuía grande apoio junto aos senadores, tendo muitos deles lutado ao seu lado contra Augusto em *Actium*.

elementos estão, claro, presentes em sua *res gestae*. Logo nos parágrafos iniciais de seu texto Augusto declara: “Aos dezenove anos, formei um exército por minha iniciativa e às minhas custas. Com ele restitui a liberdade à república oprimida pelo domínio de uma facção” (*Res Gestae*, I, 1). “Expulsei para o exílio [...] os que haviam matado meu pai, e, em seguida, venci-os duas vezes em combate por declararem guerra à república” (*Res Gestae*, I, 2). “Muitas guerras fiz, civis e externas, na terra e no mar por todo o mundo” (*Res Gestae*, I, 3), saindo vitorioso em sua grande maioria, recebendo, conseqüentemente, muitas honras, como diversos triunfos (*Res Gestae*, I, 4). Mas a sua maior honra foi o decreto do Senado exigindo o fechamento do templo de Janus Quirino por três vezes durante seu principado, fato que anteriormente havia ocorrido apenas duas vezes na história romana,¹⁷ simbolizando que o mundo romano, em terra e no mar, se encontrava em paz e que o deus estava de volta ao seu lar (*Res Gestae*, II, 13).

A pacificação era de fato um elemento importante, pois foi a partir dela que Augusto cristalizou a sua ação como o único que poderia restabelecer a República. Ele soube além de pacificar as províncias e anexar novos territórios ao império romano (*Res Gestae*, V, 26; 27; 30), impor um cenário pacífico dentro da própria cidade de Roma, espantando o temor de novas guerras civis, como a que vinha assolando a Cidade durante um século. Trazer isso para os habitantes da *Urbs* que era o mais essencial, já que era propriamente em Roma que ele agiria e se consolidaria politicamente. Roma estava acima das demais cidades do Mediterrâneo.¹⁸ No entanto, esse elemento também não passa de um ponto discursivo. A paz era algo difícil de ser mantida devido à grandiosidade territorial romana e às fronteiras mal protegidas. Ao menos na *Urbs* não havia mais a ameaça de uma invasão militar. Sendo assim, podemos considerar que o fechamento das portas do templo de Janus e a construção do altar da Paz

¹⁷ De acordo com o relato de Tito Lívio, o templo de Janus foi fechado durante o governo de Numa Pompílio, após a conclusão de tratados e alianças com povos vizinhos, e durante o consulado de Tito Mânlio, ao fim da Primeira Guerra Púnica (TITO LIVIO, *História Romana*, I, 19). Gagé aponta que os três fechamentos do templo de Janus durante o governo de Augusto se deram em 29 a.C. (o principal deles, em decorrência da vitória em *Actium*), em 25 a.C., após a vitória contra o cântabros, e em uma terceira data incerta (GAGÉ, 1935, p.95).

¹⁸ Um ponto de crítica as ações de Marco Antônio era que ele era um romano degenerado, que havia sido seduzido pelo Egito e por Alexandria em detrimento de Roma. Exemplos as fontes nos dão: o triunfo realizado em Alexandria após a vitória na Armênia; o desejo de ser enterrado em Alexandria, independentemente de onde houvesse morrido; as doações de territórios

Augusta¹⁹ estão dentro do mesmo plano simbólico, só que mais do que apenas de uma maneira discursiva, sim de um modo mais “concreto”, mais visível, mais tocante à massa romana, massa a qual não tem mais, necessariamente, obrigações guerreiras como nos primórdios da República.

Não podemos deixar de citar também dentro das ações “bélicas” do príncipe, que além de pacificar o mundo por meio das armas, também trouxe a paz através da diplomacia, e aqui mais um ponto que reforça sua posição de destaque na cena política romana. Augusto aponta que diversos foram os povos, de diversas regiões do Mediterrâneo, alguns nunca haviam estabelecido contato com Roma, que enviaram embaixadas a ele e ao povo romano em busca de laços de amizade (*Res Gestae*, V, 26; 30; 31; VI, 32). O príncipe também reforça a recuperação de diversas insígnias perdidas, mas, principalmente, a devolução feita pelos partos, em 20 a.C., das insígnias e espólios de três exércitos romanos,²⁰ sendo estas depositadas no templo de Marte Vingador (*Res Gestae*, V, 29). Temos aqui um feito importante, pois ele dispensou o uso de armas, como o tentara fracassadamente Marco Antônio (PLUTARCO, *Antônio*, 37-50), e buscou um acordo com os partos, que acabou tendo o mesmo sentido que o de uma vitória militar, visto os romanos terem demonstrado sua supremacia sobre os rivais, apesar de não ter havido um confronto direto.

Entretanto, a descrição das ações bélicas nos apresenta elementos interessantes de como se deu a seleção daquilo a ser transmitido para a posteridade. Todos os pontos elencados estão ligados à intenção de grandiosidade, não havendo assim nenhuma referência às derrotas, as quais sabemos que existiram, como é o caso atestado por Suetônio das derrotas militares de Lólio, em 16 a.C., e Varo, em 9 d.C., ambas na Germânia, em que três legiões foram completamente perdidas (SUETÔNIO, *Augusto*, 23). Também não há a referência a personagens que tenham participado de campanhas militares conjuntamente ou em nome de Augusto, como é o caso de Marco Antônio, nunca citado nominalmente, ou de Agripa, que não é

romanos aos reis do Egito. Augusto quer justamente se opor a essa forma de restauração da República que não põe Roma em primeiro lugar.

¹⁹ *Ara Pacis Augustae*, consagrada pelo Senado a Augusto, em 9 a.C., pelo seu retorno vitorioso da Gália e da Hispânia, em 13 a.C., é um importante elemento material do discurso augustano, pois ter um altar que celebra a paz reforça que ela existe e que o príncipe é o causador de tal maravilha, ainda mais sendo uma oferta senatorial.

²⁰ Os três exércitos foram o de Crasso (53 a.C.), o de Décido Saxa (40 a.C.) e o de Marco Antônio (36 a.C.).

apresentado como importante colaborador militar e promotor do bem-estar social no governo de Augusto sendo apenas Tibério citado quando da conquista da Panônia (*Res Gestae*, V, 30). Sabemos que Augusto não era o melhor dos soldados, Marco Antônio e Agripa eram muito mais bem-vistos quanto as suas capacidades militares do que o príncipe quanto a isso, mas a epigrafia da *res gestae* se encontrava diante do mausoléu de Augusto e deveria engrandecer apenas ao enunciador, o que justifica as seleções.

Como promotor do bem-estar social, observamos o elencar por Augusto de diversas ações em prol dos diversos grupos sociais romanos. Vemos a apresentação de como Augusto buscou trazer algumas camadas sociais para a sua causa, ou seja, o bem da República, assim se afastando de uma visão de ocupação do poder de uma forma tirânica, mas se aproximando do que Cícero dizia ser as qualidades de um *princeps*.²¹ Entretanto, essas benfeitorias do príncipe devem ser vistas pelo plano político, pois ele sabia a força que os veteranos e a plebe urbana tinham e como esses setores foram importantes para seu estabelecimento na cena política romana após a morte de César, visto ambos serem os pilares de sustentação do antigo ditador e terem exercido um papel de grande importância nos eventos após os Idos de março e representarem uma grande ameaça à estabilidade do Principado e à segurança de Roma e do próprio príncipe. Contudo, também temos benfeitorias com relação à elite senatorial, no reforço da sua preeminência na cena política romana, com a procura de se manter os suportes de dominação dessa elite. Desse modo, temos uma espécie de bloco temático no meio do documento, as *impensae*, a qual separa as *gestae* de Augusto, em que o príncipe mostra suas ações com relação a algumas esferas sociais romanas, sendo este um espaço de apresentação das suas benesses.

Em princípio, devemos ressaltar que todas as doações, jogos e obras saíram do *patrimonium* de Augusto, em parte herdado de César, em parte advindo da guerra, como o próprio aponta (*Res Gestae*, III, 15), principalmente do tesouro egípcio (SUETÔNIO, *Augusto*, 41), e não ações feitas por Augusto com o dinheiro público romano, o *fiscus*. Não temos na *res gestae* um balanço

²¹ “[Eu escolheria – aqui Cícero usa Cipião como personagem para tal fala] a monarquia [como a melhor das três formas de governo] desde que o título de pai (*pater*) fosse sempre inseparável do de rei (*rex*), para expressar que o príncipe (*princeps*) vela sobre seus concidadãos como sobre seus filhos, mais cuidadoso de sua felicidade do que da própria dominação, dispensando uma proteção aos pequenos e aos fracos, graças ao zelo desse homem esclarecido, bom e poderoso” (CÍCERO, *Sobre a República*, I, 35).

dos gastos romanos, mas sim realizações empreendidas exclusivamente por Augusto.²² Seria um balanço dos gastos feitos pelo principal patrono romano em prol do povo romano. O apêndice do texto aponta a soma de 600 milhões de denários (cerca de 2 bilhões e 400 milhões de sestércios) de gastos pelo príncipe em sua ação em prol dos cidadãos da República (*Res Gestae*, apêndice, 1).

Um ponto importante na promoção do bem-estar social empreendido por Augusto durante sua vida pública concerne às suas doações. Inicialmente, ele começa apontando as doações em dinheiro que fez à plebe urbana de acordo com o que determinava o testamento de seu pai, César (300 sestércios por pessoa), o que foi acrescido de outras doações feitas pelo príncipe de seu próprio *patrimonium* em outros três momentos, 29 a.C., 23 a.C. e 5 a.C. (400 sestércios por pessoa a mais de 250 mil pessoas) (*Res Gestae*, III, 15). Também temos a citação das diversas frumentações, ou seja, as doações de cereais, além das monetárias, realizadas por Augusto à plebe frumentária (*Res Gestae*, IV, 18). Ora, o próprio, logo no início da *res gestae*, aponta que não recusou o abastecimento de Roma, a *cura annonae*,²³ em época de carestia, ajudando com seu dinheiro e vigilância (*Res Gestae*, I, 5), algo muito facilitado com a posse do Egito.

Também destinou dinheiro ao pagamento dos soldados e dos veteranos, bem como ao pagamento de indenizações fundiárias (*Res Gestae*, III, 16) devido às desapropriações para a criação de colônias militares (*Res Gestae*, V, 28). Ajudou também o erário militar, criado em 6 a.C. (com 170 milhões de sestércios), assim como o público (com 150 milhões de sestércios) também através de doações de dinheiro quando necessário (*Res Gestae*, IV, 17). Dessa forma, temos as questões relacionadas ao grupo militar solucionadas,²⁴ pois há a terra e as indenizações financeiras e o reconhecimento desse novo grupo como um dos pilares importantes do novo governo, ao qual o príncipe está fortemente ligado.

²² Contudo, como aponta Suetônio, Augusto procurou através da promoção do bem-estar social atrair as esferas sociais mais abastadas da sociedade romana a colaborarem com sua ação virtuosa, como é o caso da ornamentação da Cidade. (SUETÔNIO, *Augusto*, 30). Isso na busca de reforçar que ele não era o único a agir na cena política romana, mas que era mais um dos atores políticos.

²³ Em 8 d.C. há a criação da prefeitura da Anona, um cargo equestre, deixando assim, de ser responsabilidade do príncipe o suprimento de cereais de Roma.

²⁴ De acordo com Brunt a maior preocupação dos soldados e dos veteranos era terras (BRUNT, 1962, p.69; 84).

Augusto também não deixou de dispensar dinheiro pessoal para ajudar os senadores. No entanto, tal ajuda se deu não de forma sistemática a toda a ordem, mas sim na ajuda a alguns em especial para que estes continuassem a possuir o censo mínimo para se manterem na ordem senatorial (SUETÔNIO, *Augusto*, 41). Era uma forma do príncipe se ligar à antiga elite republicana, mostrando também benesses para com ela. Na *res gestae*, Augusto não faz qualquer sugestão a tais ajudas, apenas aponta que havia refeito a lista de senadores (*Res gestae*, II, 8), podemos presumir terem sido nesses momentos as suas ações. Mas a exclusão de tais informações também pode nos parecer muito útil, pois, por que apenas citar as benesses com outros grupos sociais e não com os mais “ricos” da sociedade romana?

As construções e as restaurações (*Res Gestae*, IV, 19, 20, 21) também merecem destaque no quadro de benfeitorias do príncipe. As obras públicas, além de serem uma forma de se transformar a *Urbs* na cidade que ela de fato era, a capital de um grandioso império territorial que ocupava quase toda a bacia mediterrânea, uma cidade de tijolos transformada em uma cidade de mármore, como Suetônio aponta (*Augusto*, 30), e um espaço para a exposição de um discurso político,²⁵ era um meio de emprego para plebe, que inchava Roma devido ao êxodo rural ocorrido nos séculos II e I a.C. em decorrência das transformações sociais ocorridas no campo no decorrer do processo de expansão das fronteiras romanas, e a possibilidade de (re)utilização de espaços coletivos, como os Fóruns ou os templos, vitais para a vida cívica e religiosa romana. Assim, temos a participação dos grupos sociais em conjunto, apesar das diferentes naturezas de participação, na elevação material de Roma em *caput mundi*. Também não podemos deixar de apontar como obras públicas as estradas e os aquedutos, para além de pórticos e templos apenas.

Um último ponto que merece atenção diz respeito aos jogos. Augusto diz ter empreendido diversos jogos de gladiador, atletismo e de caça a feras (dando o número de quantos lutaram em tais jogos e quantas feras foram mortas), em seu nome, no de familiares e também no de outros magistrados, sendo os Jogos Seculares, de 17 a.C. e os Marciais, de 2 a.C., os principais (*Res Gestae*, IV, 22). Contudo, o destaque maior no conjunto dos jogos se dá com a

²⁵ Para uma melhor análise a respeito da utilização do cenário material da *Urbs* como espaço discursivo, cf: ZANKER, 1988, p.79-100.

execução de um espetáculo de naumaquia, quando da inauguração do templo de Marte Vingador e do Fórum Augusto, em 2 a.C., algo muito sofisticado e que exigia muitos recursos financeiros para ser realizado (*Res Gestae*, IV, 23).

Cabe destacar que essa ação de Augusto em prol da sociedade romana, agindo como um bom patrono, aliás, é isso que o príncipe acaba por se tornar, o principal patrono romano, lhe rendeu uma das maiores honras de sua vida pública, honra a qual ele ressalta no último parágrafo de sua *res gestae*, o título de *pater patriae* (*Res Gestae*, VI, 35), o que o colocava como o *pater* de todos os romanos, responsável por zelar por todos, e reforçava sua posição como um benfeitor para a República e reconhecia suas ações em prol desta.

Enquanto defensor do *mos maiorum* romano Augusto se legitima no poder. Ele se utiliza de todo o arcabouço da elite senatorial republicana para se inserir e se manter na cena política romana. É o novo com a roupagem antiga, é o Principado como continuação da República. Desse modo, o príncipe se distancia de seus rivais e de César e se mostra de modo aceitável à aristocracia romana. Respeitar os costumes dos antepassados era um dos pilares essenciais do comportamento social, em que nada parecia diferente do que era anteriormente. É o estabelecimento de um pacto com a *Urbs* para que ela se restituísse.

Como elementos apresentados na *res gestae* que fazem alusão a este respeito ao *mos maiorum*, temos a apresentação de Augusto destacando que havia promulgado novas leis, revigorando assim muitos dos antigos costumes romanos que haviam caído em desuso, e que ele mesmo havia oferecido às gerações futuras exemplos de hábitos a serem imitados (*Res Gestae*, II, 8). É o príncipe buscando explicitar que tudo continuava como se dava antes das guerras civis, e mais, que ele próprio além de procurar restaurar o que estava em desuso, se mostrava como um cidadão romano a ser imitado, recolocando cores à República, que, de acordo com Cícero, foi o motivo da glória romana, mas que devido aos vícios dos próprios romanos havia sido transformada em pó, sendo que até seu contorno já se perdia (CÍCERO, *Sobre a República*, V, 1).

Outro ponto que reforça esse respeito aos costumes antigos é a própria forma como ele ocupa as magistraturas romanas, recusando aquelas que não estavam de acordo com os costumes dos antepassados, nem aquelas que fossem uma deturpação da República, pois seu poder se baseava na *auctoritas*, não em

algo diferente de seus colegas de magistraturas (*Res Gestae*, VI, 34). E foi devido a essa ação que ele recebeu, em 27 a.C., o título de *Augustus*, o escudo das virtudes (*clupeus virtutis*) e a coroa cívica (*corona civica*) (*Res Gestae*, VI, 34), elementos simbólicos muito importantes e condizentes com a estrutura republicana.

No que diz respeito à citação de outras pessoas em sua *res gestae*, observamos que Augusto o faz apenas quando necessário e de maneira a não se sobrepor a ele. No interior do texto em que retrata os seus feitos, além dos meios de legitimação dos mesmos com a explicitação das ações dos senadores e do povo em seu favor, Augusto também apresenta outras pessoas que participaram de sua vida pública, sejam aqueles que o ajudaram, sejam aqueles que ele usa como um meio de autopromoção, ou seja, os seus rivais, no anseio de “defender a República”, se utilizando desses personagens para a construção de sua imagem.

Desse modo, temos referências diretas, com a citação dos nomes, além da dos cônsules que servia como marcação temporal,²⁶ a Tibério, apresentado como filho e enteado, devido à sua ajuda a Augusto nos trabalhos do terceiro recenseamento do povo romano (*Res Gestae*, II, 8), em 14 d.C., e na conquista militar da Panônia (*Res Gestae*, V, 30); a Agripa, por sua ajuda no primeiro censo, realizado em 28 a.C. (*Res Gestae*, II, 8), e na realização dos Jogos Seculares, em 17 a.C. (*Res Gestae*, IV, 22), mas não há nenhuma referência a ele como comandante militar ou o promovedor de diversas ações em prol da República, como as obras públicas; a M. Marcelo, seu primeiro genro, com a consagração de um teatro em seu nome (*Res Gestae*, IV, 21); a Caio e a Lúcio César, seus netos, quando do recebimento da honra de príncipes da juventude oferecida pelos equestres (*Res Gestae*, II, 14). Quanto a César, Augusto se refere a ele apenas como pai e o cita quando diz ter feito guerra contra seus assassinos (*Res Gestae*, I, 2) e quando fez as doações que determinava seu testamento (*Res Gestae*, III, 15), o que nos mostra uma preocupação de se marcar a sua linhagem a César, elemento muito importante no início de sua carreira política e

²⁶ Contudo, essa citação dos nomes dos cônsules, além de ser uma forma de se marcar o correr do tempo, também explicita que a República continuava sendo exercida através do consulado, um dos três elementos da constituição mista romana, conjuntamente com o Senado e o povo, como descrito por Políbio (*Histórias*, VI, 11-18) e que, em muitos casos, ele, Augusto, não estava em posse dessa magistratura.

conquista de *auctoritas*, e mostrar que ele, Augusto, era filho adotivo de um deus (mesmo que tal remitência não seja claramente feita).

Entretanto, o príncipe também faz referência em sua *res gestae* a seus rivais na cena política romana no período da guerra civil, ou seja, a Bruto e a Cássio, a Sexto Pompeu, a Lépido e a Marco Antônio. Mas tais evocações não se dão, primeiramente, com a citação dos nomes deles, o método retórico utilizado é o de apenas aludir a tais personagens, e também há um reforço das características negativas dos referidos personagens para que ao mesmo tempo Augusto possa, sobre os desvios deles, se apresentar como um homem virtuoso e que desejava defender a República, diferentemente do que eles haviam feito. Devemos ter em mente que fazer um ataque direto à memória de seus rivais, mesmo anos depois, poderia fazer com que ele perdesse prestígio ou que gerasse alguma forma de descontentamento no seio da elite romana, pois os partidários dos rivais de Augusto, *grosso modo*, eram membros da elite senatorial romana, os quais tiveram que, posteriormente, com o advento do Principado, ser incorporados à cena política romana. Sem contar que os filhos de Marco Antônio com Otávia, por exemplo, viviam junto à *domus Augusta*, o que fazia com que o príncipe também não fizesse explicitamente correlações diretas a determinados pontos negativos do antigo triúviro.

No capítulo subsequente à anúncio de como entrou na cena política romana, na apresentação de seu primeiro feito dentro dessa esfera, Augusto reforça a sua atitude como sendo em benefício da República romana, apontando que por demandas legais expulsou para o exílio Bruto e Cássio, os assassinos de seu pai, e que em seguida os venceu²⁷ duas vezes em combate, nas batalhas de Filipos, em 42 a.C., por “declararem guerra à República” (*Res Gestae*, I, 2).²⁸

No que diz respeito a Marco Antônio, temos duas passagens em que há alusão a ele na *res gestae* de Augusto. A primeira delas é logo no início do

²⁷ Observa-se que não há qualquer alusão à participação de Marco Antônio, triúviro assim como Augusto e personagem com importante participação militar nessa guerra, neste trecho da *res gestae*, o que alude a uma ação única do enunciador e aponta para um discurso de que o seu rival, nesse momento colega de magistratura, não tenha contribuído em nenhum momento em sua ação na cena política romana, o que se opõe ao relato de Plutarco (*Marco Antônio*, 22) e Suetônio (*Augusto*, 12-13), por exemplo. O que demarca mais uma seleção efetuada por Augusto em seu texto, na qual o rival não podia ser retratado possuindo qualquer virtude ou papel semelhante ou até mesmo de mais importância do que ele.

²⁸ Foi também em defesa da República que Augusto lutou contra Marco Antônio, que havia sido considerado inimigo público de Roma, após a leitura de seu testamento perante o Senado dez anos depois, em 31 a.C., em *Actium* (SUETÔNIO, *Augusto*, 17).

documento quando Augusto diz ter formado um exército particular e com ele libertado a República da opressão de uma facção (*Res Gestae*, I, 1). Esta, como podemos conferir a partir das palavras de Cícero, era a facção de Marco Antônio, que de acordo com o orador romano, queria invadir Roma, vindo de Brindes (CÍCERO, *Filípicas*, III, 2). Desse modo, o texto se abre já apontando a oposição existente entre os dois e uma apresentação de Marco Antônio, mesmo que sem citação direta ao nome dele, como um “mal” à República desde o princípio.²⁹ Já a segunda referência é quando o príncipe discorre sobre seus feitos com relação às províncias orientais. Augusto diz ter devolvido os ornamentos aos templos asiáticos, quando vencedor, visto que, segundo ele, “aquele com o qual eu guerreara havia espoliado esses templos e usado dos ornamentos como sua propriedade particular” (*Res Gestae*, IV, 24), ou seja, durante o período em que Marco Antônio esteve no governo das províncias orientais em concordância com o acordo do segundo triunvirato. Nesse ponto, o príncipe visa mostrar aos leitores que havia agido diferente de seu rival, não se apossando indevidamente de nenhum tesouro das províncias, muito pelo contrário. O que pode nos fazer pensar contrariamente ao que é apresentado por Augusto é a forma como o Egito é incorporado ao império territorial romano, com um estatuto próprio, como posse do príncipe, apesar de na *res gestae*, Augusto aponta que anexou o Egito ao império do povo romano, apresentando de forma diferente aquilo que era praticado (*Res Gestae*, V, 27).³⁰ O que não podemos deixar de ressaltar é que não há qualquer alusão a uma crítica ao comportamento social de Marco Antônio ou indicação de que este desejava não restaurar a República nas palavras de Augusto.

Com relação ao outro triúviro, Lépido, Augusto o apresenta como um usurpador que havia se aproveitado das agitações civis para se apossar do cargo

²⁹ Algo que vai de acordo com os discursos de Cícero contra Marco Antônio, as *Filípicas*, nas quais o orador romano exalta a ação virtuosa de Augusto e faz uma narrativa de Marco Antônio, na época cônsul, como um homem audacioso, desonrado, que seria um mal à República (CÍCERO, *Filípicas*, III, 1-4).

³⁰ O Egito possuía um caráter tão especial que seu estatuto de província era diferenciado do das demais. Seu governo era exercido por um cavaleiro, o *praefectus Aegypti*, o primeiro deles foi Cornélio Galo, amigo íntimo de Otaviano, e a entrada de senadores nas terras nilóticas sem a autorização do príncipe chegou a ser proibida, como apresenta Tácito (*Anais*, II, 59). Talvez o intuito de Otaviano fosse evitar que um dos celeiros do Império, o qual possibilitou sua ampla política de distribuição de trigo à plebe urbana e um afluxo de capital ao seu tesouro pessoal, seu *patrimonium* (o qual permitiu ao príncipe amplas doações e ações em prol do povo romano, como algumas apontadas em suas *res gestae*), como apresentado por Suetônio (*Augusto*, 41), caísse nas mãos dos senadores como ocorreu com os demais *ager publicus*.

de pontífice máximo, em 36 a.C. (*Res Gestae*, II, 10). O príncipe se utiliza dessa referência ao antigo rival para legitimar a sua recusa do pontificado, mesmo tendo sido oferecido pelo povo, visto que Lépido ainda estava vivo, somente o aceitando após a morte desse último, em 12 a.C. Ora, ele se mostra como um seguidor da tradição, desejando assumir a magistratura mais importante da esfera religiosa de forma legal, o que de fato ocorreu, em oposição ao que Lépido “havia feito”.

Outro personagem a quem Augusto faz alusões é Sexto Pompeu. Há duas passagens no documento relacionadas a ele, seguindo a mesma lógica difamatória visualizada com relação aos anteriores. Contudo, as referências são mais indiretas do que as de Lépido e Marco Antônio. Augusto se apresenta como o responsável por devolver a paz ao mar, combatendo a pirataria, vencedor de uma guerra em que escravos haviam pegado em armas contra a República (*Res Gestae*, V, 25) e também como aquele que recuperou as províncias da Sicília e da Sardenha, que, segundo o próprio, se encontravam em uma guerra servil (*Res Gestae*, V, 27). Sexto Pompeu havia ficado fora do acordo do triunvirato e como reação havia tomado a Sicília e a Sardenha, além de se aproximar dos piratas do Mediterrâneo para que eles se aliassem a sua causa, bem como os escravos dessas duas grandes províncias escravistas. Augusto se põe novamente como defensor da causa republicana, buscando defendê-la, combatendo todos aqueles que declarassem guerra à República e dificultassem a manutenção da ordem em Roma, nesse caso, com a privação do abastecimento de mercadorias, principalmente os cereais. Também não podemos nos esquecer de que Sexto Pompeu tinha um nome muito prestigioso e que ele poderia vir a causar problemas para as ambições políticas de Augusto caso ganhasse espaço na cena política romana.

Apesar de todo esse discurso de restauração da República, a própria *res gestae* nos apresenta elementos que já mostram que a situação política romana não se tratava mais de uma República como havia sido um século e meio antes. Para além da explicitação das permanências, temos também a apresentação de algumas transformações, que são, mesmo que incipientes, características do próprio Principado. Através de algumas passagens, observamos que Augusto deixa explicitado para seus leitores que suas ações o permitiram instaurar algo novo dentro do sistema republicano, com a elevação do *princeps senatus* acima

de todos os demais magistrados republicanos. O próprio argumenta, “vi-me à frente de todos pela autoridade (*auctoritas*), mas nenhum poder tive a mais do que meus outros colegas também investidos de cargos” (*Res Gestae*, VI, 34),³¹ porém, a sua posição de liderança perante os demais é indiscutível.

Ora, foi a ele que recorreram os reis que desejavam estreitar os laços de aliança ou firmar algum tratado de paz com os romanos. Isso nos mostra uma deturpação da constituição romana como descrita por Políbio no século II a.C. Os assuntos externos eram de incumbência do Senado, não dos cônsules ou de qualquer outro magistrado (POLÍBIO, *Histórias*, VI, 13). Foi ao Senado romano que recorreram os vários reis egípcios durante suas querelas pelo trono alexandrino, e mesmo quando Ptolomeu Aulete buscou Pompeu e César como apoio devido à sua delicada situação dinástica vemos as discussões se darem no interior do Senado, não numa ação deliberativa pessoal de um dos dois triúmviros. No entanto, a predileção de Augusto nessas questões não significou uma diminuição do poder senatorial ou exclusão dos senadores dos assuntos exteriores. A própria natureza “pessoal” do documento que coloca Augusto como o responsável por essas relações internacionais pode nos induzir a um erro ao pensar numa centralização de decisões e poderes da República por ele. Elas se estabeleciam da mesma forma durante o período em que César e Pompeu tinham poder em Roma, não sendo uma transformação por completa. Entretanto, também não podemos ser ingênuos e pensar que não pudesse existir uma concentração do príncipe dessas questões em sua pessoa. O documento por si só não nos é tão fácil de analisar isoladamente. O que não podemos deixar de explicitar é o destaque de Augusto perante os demais romanos em sua *auctoritas*, o que o fazia como uma referência para os estrangeiros que travavam relações diplomáticas com os romanos.

Outro exemplo é a apresentação de Augusto como possuidor da honra de *princeps senatus* e como ele era importante dentro da cena política. Ele aqui não estava na posse de nenhuma magistratura, mas sim ostentando um título honorífico, o de primeiro dos senadores a ter a palavra nas sessões do Senado,

³¹ De acordo com Crook, a *auctoritas* foi o elemento distintivo de Augusto, sendo o elo entre o respeito ao *mos maiorum* e a criação de um carisma ao redor de sua pessoa e um elemento extraconstitucional para sua ação pública (CROOK, 2001, p.117-122). Galinsky faz uma grande análise sobre a importância da escolha de Augusto por esse termo, demonstrando como a *auctoritas*, que também foi expressa em outros suportes, conferia uma superioridade moral,

pois ele era um membro da ordem senatorial como os demais senadores também o eram, porém, com distinções no campo das honras. Para nós é interessante observarmos como ele se apresenta como príncipe, reforçando uma posição de diferença, ainda mais em um parágrafo que fala sobre o fechamento dos portões do templo de Janus (*Res Gestae*, II, 13), o que por si só já é uma grande honra para os investidos em magistraturas e senadores. Augusto marca sua ação política na cena romana não como o possuidor de uma magistratura, como o consulado, por exemplo, mas com uma honra que abarca um espaço temporal maior, mas que não fere a estrutura republicana por completo. Ele marca sua distinção, mas não se põe como um corpo estranho à República.³²

Os consulados ocupados por Augusto também merecem atenção. Seus poderes não foram propriamente associados a uma magistratura específica. Ele detinha o *imperium* e a *tribunicia potestas*. Mas, mesmo assim, apesar de legítimo, parecia ilegal se tomarmos como referência a estrutura republicana. O consulado foi ocupado treze vezes e, em alguns momentos, como é o caso do intervalo de 29 a 23 a.C., do quinto ao décimo primeiro, consecutivamente, por mais que nem em todos esses anos ele tenha permanecido um ano completo sob posse da magistratura.³³ Na própria *res gestae* Augusto aponta, por exemplo: “ao ser cônsul pela quinta vez”, “novamente cônsul, já pela décima vez” (*Res Gestae*, III, 15), “em meu sexto e sétimo consulados” (*Res Gestae*, VI, 34). O que nos faz questionar a aceitabilidade daquela ocupação contínua da principal magistratura romana e qual o caráter excepcional tinha a figura de Augusto para mostrar as suas diversas ocupações do consulado. Também não podemos deixar de apontar para a utilização de uma estrutura própria da República romana como meio de manutenção de um determinado tipo de poder. Foi através da mais alta magistratura romana, conjuntamente com um segundo cônsul, como de regra, que Augusto agiu na cena política durante seu principado, e não através de uma magistratura de exceção ou uma magistratura criada apenas

apesar de a *potestas* ser seu principal poder, sobre os demais romanos, o que tinha uma grande força política, social, religiosa e legislativa (GALINSKY, 1996, p.9-41).

³² A mesma estrutura é empregada em outro trecho do texto, quando da apresentação da conquista da Panônia. Cf. *Res Gestae*, V, 30.

³³ De acordo com Suetônio, assumiu seus consulados em diversas condições, sendo alguns consecutivos, outros sem a duração de um ano, como é o normal do cargo, e em alguns foi até mesmo empossado longe de Roma (SUETÔNIO, *Augusto*, 26). Não podemos nos esquecer que Augusto ficou muitos anos fora de Roma em campanhas militares como na Espanha, 26 e 27 a.C., no Oriente, entre 22 e 19 a.C., e na Gália, entre 16 e 13 a.C.

para ele. Era uma deturpação daquilo que existia na República com relação à forma de ocupação, mas não o apontar de uma descaracterização da constituição romana com a sobreposição de Augusto aos cônsules. Aqui temos a presença de um elemento que mostra a excepcionalidade do príncipe na cena política romana, a posse do consulado, mas também temos nessa mesma posse do consulado o reforço de seu discurso em prol da República.

Também podemos elencar outros elementos que no conjunto vêm reforçar uma posição diferenciada de Augusto com relação aos demais senadores, mesmo que a via seguida pelo príncipe para mostrar a sua diferença perante os demais tenha sido a própria estrutura republicana de honras. Temos votos, jogos e altares pela saúde de Augusto (*Res Gestae*, II, 9), a inclusão de seu nome nos cantos sálicos (*Res Gestae*, II, 10). No plano material observamos os altares da Paz (*Res Gestae*, II, 12) e da Fortuna Redux (*Res Gestae*, II, 11), além do próprio mausoléu diante do qual a *res gestae* foi depositada e era lida pelos transeuntes. Assim, vemos nesses pequenos exemplos a explicitação de que Augusto era mais do que um *privatus* ou um magistrado comum.

Desse modo, é visível na *res gestae* de Augusto, assim como em sua própria ação política, continuidades e rupturas. Vemos um novo personagem apontar na cena política romana, por mais que ele buscasse se mostrar como igual perante os demais. Entre discursos e práticas, notamos, obviamente, diferenças, algo característico de qualquer momento histórico. Contudo, não podemos deixar de explicitar que em parte a intenção de Augusto foi atingida, pois ele foi tomado como o parâmetro de bom príncipe.³⁴

Vemos o principado de Augusto como uma fase de transição, de adaptação da cidade-estado romana à sua nova condição mediterrânea, a de um império, no qual o poder deveria se concentrar nas mãos de um homem. Como aponta Galinsky, a passagem da República para o Império não passa de um fato arbitrário, uma construção *a posteriori*, uma denominação cunhada apenas na

³⁴ Suetônio atribui a Nero a afirmação de que ele governaria Roma de acordo com os preceitos de Augusto (SUETÔNIO, *Nero*, 10), o que nos mostra como Augusto era um parâmetro de boa conduta para os príncipes seguintes. Segundo Cizek, as vidas narradas por Suetônio podem ser agrupadas em quatro categorias de imperadores, cabendo a Augusto a classificação de “o melhor dos príncipes” (CIZEK, 1995, p.260). Obviamente que em muitas passagens Suetônio mostra algumas ações não tão virtuosas de Augusto, principalmente quando descreve suas ações enquanto triúviro. No entanto, a visão de que Augusto de fato empreendeu uma ação tão virtuosa e apenas em prol da República não foi unânime, como nos aponta Tácito em uma breve descrição sobre o que era falado de Augusto após sua morte (TÁCITO, *Anais*, I, 9-10).

época moderna. Os contemporâneos de Augusto sabiam que a República passava por mudanças, como muitas que já haviam ocorrido, mas mesmo assim, acreditavam que ainda viviam sob a égide “do Senado e do povo romano”, como podemos observar através dos termos utilizados pela documentação que nós possuímos dos séculos iniciais do Império. A imposição de Augusto no cenário político romano foi um processo gradual, no qual aos poucos a antiga República foi absorvendo o príncipe em sua esfera administrativa (GALINSKY, 2005, p.8), visto que o Principado foi construído ao longo do tempo, não sendo fruto de um planejamento prévio (EDER, 2005, p.16-17), o que permitiu ao príncipe apontar em sua *res gestae* as alterações da República romana sem transparecer ter usurpado o poder republicano. Os diversos feitos apresentados por Augusto (que cobrem mais de cinquenta anos de ação política) não são fruto de um pacote fechado apresentado ao Senado em 27 a.C. como proposta de reestruturação da República. No entanto, sua *res gestae* não deixa de explicitar algo que é próprio da posição que Augusto ocupava na cena política romana, a sua ambivalência, como bem aponta Wallace-Hadrill (1982, p.32), não sendo nem mais um homem característico da República, nem um monarca, nem um imperador como seus sucessores serão, foi um homem que precisou estabelecer as regras do jogo, mas sem esquecer como se jogava anteriormente, sendo assim, permeado pela ambivalência de seu próprio tempo, mas também por uma forte teatocracia, sabendo ser aquilo que deveria ser naquele momento.

Augusto através desse pequeno *index* de seus feitos tinha como intuito mais uma vez transparecer de fato a manutenção da República, mesmo isso não tendo completamente ocorrido. A restauração da República se configurou no estabelecimento da possibilidade de se voltar a jogar entre pares o jogo político, não propriamente um retorno ao sistema republicano anterior. Mas é dentro dessa lógica que devemos analisar o elencar de suas honras, cargos, despesas, recusas, conquistas. Temos aqui um importante exemplar de um discurso, um discurso do vencedor, que conseguiu se impor na cena política romana, apesar de sua pouca idade e pouca experiência política, e adaptar a cidade de Roma a sua nova situação político-social, a de um Império, que apesar das transformações posteriores persistiu por mais alguns séculos.

Visualizamos a *Res gestae divi Augusti* como um documento histórico de grande importância devido a sua forte carga informativa, apresentada de forma simples e de fácil compreensão, capaz de fazer perpetuar o passado de um homem, Augusto, e apresentar as bases de um novo sistema político, o Principado. Augusto soube não apenas deixar para as gerações posteriores à sua uma narrativa sobre seu próprio governo e sua ação como governante e líder de um povo em um momento tão delicado de sua história, mas também transmitir à posteridade o seu nome e a sua mentalidade quando da composição desse importante discurso do poder. Temos um retrato do príncipe elaborado por ele próprio.

Contudo, um retrato e uma narrativa tendenciosos, não isentos de manipulações, como podemos comprovar com o cruzamento de dados com outras fontes de época. Devemos ter o cuidado de não fazer uma leitura involuntária dos feitos de Augusto, pois suas palavras são fruto de uma seleção, uma construção, que entra em acordo com o conjunto em que esse próprio documento estava inserido em Roma, o do mausoléu de Augusto.

Bibliografia

Fontes:

CÍCERO. *Sobre a República*. Tradução de Amador Cisneiros. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1975.

CICERON. *Discours contre Marc Antoine*. Traduit par Héguin de Guerle. Paris: Librairie Garneir Frère, s/d.

DION CASSIUS. *Histoire romaine*. Texte établi, traduit et annoté par Marie-Laure Freyburger et Jean-Michel Roddaz. Paris: Les Belles Lettres, 1991/4.

POLÍBIO. *Histórias*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

PLUTARQUE. *Antoine. Vies*. Texte établi et traduit par Robert Flacelière et Emile Chambry. Tome XIII. Paris: Les Belles Lettres, 1977.

Res Gestae Divi Augusti. In: *A Vida e os Feitos do Divino Augusto / textos de Suetônio e Augusto*. Trad. Matheus Trevizam; Antonio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. Tradução e comentários G. D. Leoni. São Paulo: Nobel, 1957.

_____ *ex monumentis Ancyrano et Antiocheno Latinis Ancyrano et Apolloniensi Graecis*. Texte établi et commenté par Jean Gagé. Paris: Les Belles Lettres, 1935.

_____. Translation by Frederick W. Shipley. London: William Heinemann Ltd., 1979. (The Loeb Classical Library, 152).

SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*. Tradução de Sady-Garibaldi. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

TÁCITO. *Anais*. Tradução de Leopoldo Pereira. Rio de Janeiro: Edições de ouro. 1977.

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Tome I. Introduction par Jean Bayet et traduction par Gaston Baillet Paris: Les Belles Lettres, 1947.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Manuel Odorico Mendes. Campinas: Atelie Editorial/Ed. Unicamp, 2005.

Textos historiográficos:

ALFÖLDY, Geza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

BRUNT, P. A. The army and the land in the Roman revolution. *Journal of Roman Studies*. 52. 1962. p.69-85.

_____. La plebe romana. In: FINLEY, Moses I. (Edit.) *Estúdios sobre Historia Antigua*. Madri: Akal, 1981. p.87-117.

CIZEK, Eugen. Histoire et historiens à Rome dans l'Antiquité. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1995.

CORASSIN, Maria Luiza. Comentário sobre as *Res Gestae Divi Augusti*. *Revista História*. São Paulo. 2004, n.151. p.181-199.

CROOK, John A.. Augustus: power, authority, achievement. In: BOWMAN, Alan K.; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew (eds.). *The Cambridge Ancient History: The Augustan Empire, 43 B.C. – A.D 69*. Tomo X. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p.113-146.

DAVIAULT, André. Le 'mos maiorum'. In: GAILLARD, Jacques (org.). *Rome I^{er} siècle av. J. C.*: Ainsi périt la République des virtus.... Paris: Édition Autrement, 1996. p.58-71.

EDER, W.. Augustus and the power of tradition. In: GALINSKY, Karl (org.). *The Cambridge companion to the Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2005. p.13-32.

GALINSKY, Karl. *Augustan culture: an interpretive introduction*. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

_____. Introduction. In: GALINSKY, Karl (org.). *The Cambridge companion to the Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2005. p.1-9.

_____. *Augustus: introduction to the life of an emperor*. New York: Cambridge University Press, 2012.

GOODMAN, Martin. *The Roman world (44 BC – AD 180)*. New York: Routledge, 1997.

GRIMAL, Pierre. *O século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 2008.

LE GOFF, Jacques. Monumento/Documento. In: *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. p.525-541.

MEIER, C. C. *Caesar Divi filius* and the formation of alternative in Rome. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark (eds). *Between Republic and Empire: Interpretations of Augustus and his Principate*. London: University of California Press, 1993. p.54-70.

MILLAR, Fergus. State and subject: the impact of monarchy. In: MILLAR, Fergus; SEGAL, Erich. *Caesar Augustus: seven aspects*. New York: Clarendon Press, 1984. p.37-60.

_____. *Triumvirate and Principate. The Journal of Roman Studies.* Vol.63. 1973. p.50-67.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Civilis Princeps: Between Citizen and King. The Journal of Roman Studies.* Vol.72. 1982. p.32-48.

YAVETZ, Zvi. The res gestae and Augustus' public image. In: MILLAR, Fergus; SEGAL, Erich. *Caesar Augustus: seven aspects.* New York: Clarendon Press, 1984. p.1-36.

ZANKER, Paul. *The power of images in the age of Augustus.* Ann Arbor: The University of Michigan Press. 1988.